

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Kammergericht Berlin (Alemanha) em 22 de Julho de 2009 — DEB Deutsche Energiehandels- und Beratungsgesellschaft mbH/República Federal da Alemanha**

(Processo C-279/09)

(2009/C 267/54)

*Língua do processo: alemão*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Kammergericht Berlin

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* DEB Deutsche Energiehandels- und Beratungsgesellschaft mbH

*Recorrida:* República Federal da Alemanha

**Questão prejudicial**

Submete-se a seguinte questão ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, para decisão prejudicial nos termos do artigo 234.º CE:

Tendo em conta que, de acordo com os princípios de invocação da responsabilidade do Estado nos termos do direito comunitário, a obtenção de uma reparação não pode ser tornada impossível na prática ou excessivamente difícil pela organização interna, realizada pelos Estados-Membros, dos pressupostos jurídicos do direito à indemnização e do processo para invocar a responsabilidade do Estado nos termos do direito comunitário, existem objecções a uma legislação nacional que preveja que o recurso ao tribunal depende do pagamento de um preparo e que não deve ser concedido apoio judiciário a uma pessoa colectiva que não tenha capacidade para pagar este preparo?

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Bundesgerichtshof (Alemanha) em 24 de Julho de 2009 —**

**processo penal contra R**

(Processo C-285/09)

(2009/C 267/55)

*Língua do processo: alemão*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Bundesgerichtshof

**Parte no processo penal nacional**

R

**Questões prejudiciais**

1. O artigo 28.º C, A, alínea a), da Sexta Directiva<sup>(1)</sup> deve ser interpretado no sentido de que deve ser recusada a isenção de IVA a uma entrega de bens, na aceção desta disposição,

que efectivamente teve lugar, mas em relação à qual está provado, com base em elementos objectivos, que o vendedor, sujeito passivo:

- a) sabia que, com a entrega, participava numa operação implicada numa fraude ao IVA, ou
- b) tomou medidas para dissimular a identidade do verdadeiro adquirente, a fim de possibilitar a este ou a um terceiro cometer uma fraude ao IVA?

<sup>(1)</sup> Sexta Directiva 77/388/CEE do Conselho, de 17 de Maio de 1977, relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios — sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado: matéria colectável uniforme (JO L 145, p. 1; EE 09 F 1 p. 54).

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Rechtbank van Koophandel te Brussel (Bélgica) em 27 de Julho de 2009 — Francesco Guarnieri & Cie/Vandevelde Eddy VOF**

(Processo C-291/09)

(2009/C 267/56)

*Língua do processo: neerlandês*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Rechtbank van Koophandel te Brussel

**Partes no processo principal**

*Demandante:* Francesco Guarnieri & Cie

*Demandado:* Vandevelde Eddy VOF

**Questão prejudicial**

Os artigos 28.º, 29.º e 30.º do Tratado de 25 de Março 1957, que institui a Comunidade Europeia, opõem-se a que um demandante de nacionalidade monegasca, que instaura uma acção judicial na Bélgica para obter o pagamento de facturas respeitantes ao fornecimento de copos «twister» e de velas de chá e outros acessórios, seja obrigado, a pedido de um demandado com a nacionalidade belga, a prestar caução relativa às despesas do processo e às indemnizações em que possa vir a ser condenado?

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Hof van Cassatie van België em 29 de Julho de 2009 — Vlaamse Gemeenschap/M. Baesen**

(Processo C-296/09)

(2009/C 267/57)

*Língua do processo: neerlandês*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Hof van Cassatie van België

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Vlaamse Gemeenschap

*Recorrido:* M. Baesen

**Questões prejudiciais**

1. Para efeitos de aplicação do artigo 13.º, n.º 2, alínea d), do Regulamento n.º 1408/71 <sup>(1)</sup>, o conceito de «funcionários públicos e [...] pessoal equiparado» deve ser interpretado com base no sistema de segurança social em que o trabalhador estiver inscrito?
2. Se a primeira questão for respondida afirmativamente: uma pessoa contratada por um empregador do sector público mediante um contrato de trabalho e que, segundo o regime nacional da segurança social, relativamente a alguns ramos da segurança social previstos no artigo 4.º, n.º 1 daquele regulamento, está abrangida pelo regime da segurança social dos trabalhadores, ao passo que, relativamente aos ramos da segurança social previstos no artigo 4.º, n.º 1, alínea e) do mesmo regulamento, está abrangida por um regime especial dos funcionários públicos, deve ser equiparada a funcionário público, na acepção do artigo [1]3.º, n.º 2, alínea d) do Regulamento n.º 1408/71?

<sup>(1)</sup> Regulamento (CEE) n.º 1408/71 do Conselho, de 14 de Junho de 1971, relativo à aplicação dos regimes de segurança social aos trabalhadores assalariados e aos membros da sua família que se deslocam no interior da Comunidade (JO L 149, p. 2; EE 05 F1 p. 98).

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Fővárosi Bíróság Gazdasági Kollégiuma (República da Hungria) em 29 de Julho de 2009 — RANI Slovakia s.r.o./Hankook Tire Magyarországi Kft**

(Processo C-298/09)

(2009/C 267/58)

*Língua do processo:* húngaro

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Fővárosi Bíróság Gazdasági Kollégiuma (República da Hungria).

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* RANI Slovakia s.r.o.

*Recorrido(a):* Hankook Tire Magyarországi Kft.

**Questões prejudiciais**

1. Atendendo ao disposto nos artigos 3.º, alínea c), e 59.º do Tratado de Roma, o considerando 19 da Directiva 96/71/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de

serviços <sup>(1)</sup>, pode ser interpretado no sentido de que, no que diz respeito à actividade de empresa de trabalho temporário, um Estado-Membro pode estabelecer livremente no seu direito interno os requisitos impostos ao empregador (a empresa) para poder exercer essa actividade no território do Estado-Membro em causa e, a este respeito, restringir o exercício da actividade de trabalho temporário às sociedades que tenham sede nesse território?

2. O artigo 1.º, n.º 4, da Directiva 96/71/CE do Parlamento Europeu e do Conselho pode ser interpretado no sentido de que, no que diz respeito à autorização para o exercício da actividade, o tratamento reservado às empresas estabelecidas no Estado-Membro em causa é mais favorável do que o reservado às empresas estabelecidas noutra Estado-Membro?
3. As disposições conjugadas dos artigos 59.º, 62.º e 63.º do Tratado de Roma podem ser interpretadas no sentido de que as restrições existentes no momento da adesão à União Europeia podem subsistir, não devendo ser consideradas contrárias ao direito comunitário até que o Conselho adopte o programa que fixe as condições de liberalização para este tipo de serviços ou as directivas necessárias para a execução desse programa?
4. Em caso de resposta negativa às questões anteriores, existe um interesse geral que permita justificar a restrição segundo a qual a actividade de empresa de trabalho temporário só pode ser exercida por empresas com sede no Estado-Membro em questão e nele registadas, e que, deste modo, permita considerar que a referida restrição é compatível com os artigos 59.º e 62.º do Tratado de Roma?

<sup>(1)</sup> JO L 18, de 21.1.1997.

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Nejvyšší správní soud (República Checa) em 30 de Julho de 2009 — DAR Duale Abfallwirtschaft und Verwertung Ruhrgebiet GmbH/Ministerstvo životního prostředí**

(Processo C-299/09)

(2009/C 267/59)

*Língua do processo:* checo

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Nejvyšší správní soud (República Checa).

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* DAR Duale Abfallwirtschaft und Verwertung Ruhrgebiet GmbH.

*Recorrido:* Ministerstvo životního prostředí.